

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -
CMADS**

REQUERIMENTO No. , de 2008

(Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

**Requer a realização de Audiência Pública
com autoridades que nomeia, para debater o
recrudescimento do desmatamento na
Região Amazônica e a ocorrência de crimes
ambientais conexos**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a participação das autoridades abaixo nomeadas, para debater e aprofundar o conhecimento desta Casa a respeito das causas do recrudescimento das queimadas na Região Amazônica e acerca das responsabilidades sobre a repressão às mesmas, bem como avaliar as hipóteses de ocorrência de crimes ambientais conexos e as eventuais ações repressivas e preventivas tomadas e que ainda possam ser proveitosamente tomadas pelas Autoridades Públicas Federais.

Participantes:

- 1) Sra. Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva;
- 2) Sr. Ministro da Agricultura, Deputado Federal Reinhold Stephanes;
- 3) Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal – DPF, Delegado da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa;
- 4) Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Dr. Bazileu Alves Margarido Neto;
- 5) Sr. Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Dr. Gilberto Câmara.

7CFDB27E21*

JUSTIFICATIVA

Todos fomos surpreendidos pela escalada do desmatamento ocorrido na Amazônia, no último trimestre de 2007, a demonstrar a fragilidade da fiscalização ambiental na Região Amazônica e o agravamento dos riscos que o bioma amazônico sofre, inclusive em decorrência da ineficácia das ações governamentais e das políticas públicas ambientais voltadas para o desenvolvimento econômico e tecnológico e a integração regionais.

Mais grave ainda nos parece o fato de termos testemunhado, pelos veículos de comunicação e reportadas declarações de autoridades, a uma inacreditável controvérsia – promovida por altas autoridades brasileiras - a respeito dos fatos ocorridos, das responsabilidades sobre eles, e ainda assistimos inúteis tentativas de esconder a realidade do desmatamento e do conflito entre políticas preservacionistas e a pressão de agentes econômicos e produtores rurais sobre as áreas de preservação ambiental legalmente asseguradas, com o cabal descumprimento às leis que garantem a reserva florestal obrigatória nas propriedades cuja exploração seja autorizada ou obrigam o respeito ao patrimônio público ambiental, em unidades de conservação e terras públicas.

Há pouco mais de 90 (noventa) dias do término da Conferência de Bali, onde o Brasil apresentou esboços de propostas oficiais para a adoção de estímulos internacionais para a manutenção das florestas amazônicas de pé, assistimos ao mais selvagem desrespeito às leis ambientais nacionais, fato que coloca em cheque, doravante, a seriedade e o acatamento das declarações dos representantes governamentais brasileiros em qualquer foro internacional, e o consequente comprometimento da imagem do Brasil, enquanto nação soberana e cônscia de sua responsabilidade ante os desafios da contenção do aquecimento global.*

Pedimos assim que o Plenário desta Comissão apóie nosso requerimento de realização de Audiência Pública, como aqui delineada.

Sala de Sessões, 7 de fevereiro de 2008

Antonio Carlos Mendes Thame
(PSDB-SP)

7CFDB27E21 *